

Nas Sendas de uma Pesquisa: Antônio Dó o bandoleiro do Norte de Minas Gerais

Edmilson Borges da Silva *

Introdução

Nas sendas de uma experiência, no desenvolvimento de uma pesquisa, Antônio Dó apareceu como bandoleiro, forasteiro, jagunço, homem perigoso ora generoso. Numa região onde a capacidade regeneradora do cerrado, após a devastação das carvoarias e as chamadas “reflorestadoras¹” em ação nos anos 70/80; inúmeras comunidades sertanejas narram as aventuras de Antônio Dó. Como era temido, como foi de injustiçado a justiceiro, seu corpo fechado que lhe protegia a vida nos constantes conflitos à bala, assim é apresentado.

Utilizando-se do debate sobre memória, relacionando-se com a análise teórica sobre o imaginário e a revisão da literatura produzida sobre Antônio Dó, busca-se neste artigo analisar esse personagem histórico que sobrevive na memória coletiva das comunidades no Norte de Minas Gerais. Busca-se também, entender como esse personagem foi alçado ao altar dos homens perigosos e simultaneamente como homem justo; como os escritores na região estão resgatando esse personagem histórico fazendo justiça ao seu passado de homem honesto e não de um arruaceiro perigoso; como esse personagem marca o imaginário e a memória coletiva da região. A partir do levantamento bibliográfico, das entrevistas realizadas na região numa pesquisa – por isso nas sendas de uma pesquisa –, esse material analisado e refletido à luz de suas múltiplas determinações revelará o que se quer com esse trabalho, a saber: discutir criticamente quem foi Antônio Dó, suas influências no passado e no presente da história local, como lança luz na história nacional e na sociologia da constituição do capitalismo na região com as consequências para os sertanejos da região.

Esse artigo se sustenta nos frágeis rastros históricos que contraditoriamente têm robustez nas narrativas escritas ou orais de moradores da região de uma parte do que é hoje

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFG). edborgesdasilva@gmail.com

¹ Desde os anos 1970 o governo estadual de Minas Gerais facilitou a instalação no norte de Minas de várias empresas que substituíam o bioma cerrado pelo eucalipto, eram chamadas de reflorestadoras e criaram muitos problemas com os sertanejos que já estavam instalados por décadas em terras chamadas devolutas. Veja um exemplo no link que segue. <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=407>

conhecido como Grande Sertão Veredas ou, BAGOMINAS e ainda, Marco Trijunção da tríplice fronteira entre os Estados de Bahia, Goiás e Minas Gerais (XICO MENDES, 2013).

A relação tensa e profícua possível entre história e memória

A história faz inquéritos, requer a prova histórica e material para reconstruir o passado que o presente permite. A memória dá testemunho, se ancora em materialidade, narrativas, espaço e lugar para dizer o que é o passado na consciência do presente. Ambas se amparam em teorias ou em abordagens para se sustentarem. A produção teórica ou abordagens tem um lugar, tem concepção de mundo subjacente aos seus achados, sua aparente neutralidade está permeada da realidade que é contraditória e multideterminada, por que não escreveria e prescreveria modos de existir inscritos em projetos de poder transitórios afirmados como perenes?

A história e a memória podem ser críticas mutuamente em suas relações e usos, ou ainda podem ser complementares a depender da perspectiva adotada. A robustez da história não pode subsumir a memória, até porque esta pode revelar exatamente o que certas histórias não contam. As pessoas de classes sociais submetidas à exploração e sua dupla face à alienação para contar e produzir a documentação de suas histórias, só o fazem por meio de registros também subordinados, negligenciados e esquecidos.

Aos sertanejos vivendo um modo de vida em um modo de produção subordinado ao modo de produção capitalista fica mais difícil ainda registrar sua história, pois, na luta pela sobrevivência, a escrita, por exemplo, é luxo e em muitas circunstâncias vetada ao alcance destes. Os monstros da realidade vivida com a violência que campeavam os sertões são monstros associados com aqueles que povoam o imaginário fantástico e religioso dos sertanejos.

Antônio Dó, um cangaceiro do sertão norte mineiro existiu porque, entre outras coisas, assim narra a memória sertaneja até os dias atuais. Na década seguinte à sua morte já existiam escritos sobre as desventuras do bandoleiro (AMBRÓSIO, 1976) e nos dias atuais têm as letras “melhudas²”, como diz a prosa de alguns sertanejos, gastas com o

² O sertanejo (muitos não alfabetizados) ao se referir a escrita que exige o esforço visual de uma vista desgastada pela idade, fala em letra “melhuda”, a letra que não se decifra diante da exigência visual, o tamanho da letra, a letra miúda, não favorece a sua decifração. Também é quando se refere a escrita que fala de Dó e muitas vezes ele não vai ler, mas já ouviu falar.

personagem da história das barrancas do Rio São Francisco e sertões dos gerais (BRAZ, 2006; RODRIGUES, 2005).

Enfim, as letras com sustentação histórica ou romanceada, as narrativas de quem ouviu falar ou conheceu alguém próximo e o reconhecimento da localização tumular lhe confere a existência já confirmada por cada ser humano das veredas do norte e noroeste mineiro. Repercutindo Halbwachs, Santos (2009) informa que a memória coletiva ajuda os indivíduos fornecendo-lhes imagens e convenções que não são necessariamente por eles criadas. Neste sentido “indivíduos não recordam sozinhos, quer dizer, eles sempre precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência” (SANTOS, 2009, p. 43). É neste sentido que a gente do sertão fala de Dó como se lhe fosse vizinho, mas, nem o conheceu. A memória do seu grupo social radicado nessa localidade lhe transferiu a densidade necessária para afirmar sobre o Serrano de Pilão Arcado³.

Uma memória coletiva tem vida longa tanto quanto o grupo a que está vinculada, o espaço é significativo na manutenção e transmissão dessa memória na perspectiva de Halbwachs (2004). Antônio Dó é um personagem da memória coletiva localizada em um grupo de pessoas dispersas numa grande região, mas com modos de vida bem similares e que formam várias comunidades na imensidão do sertão. Neste caso, o espaço e a similaridade grupal fazem dessa memória uma memória coletiva do mundo sertanejo localizado na porção norte e noroeste mineiro.

Reconstruir o passado, sentença quase sempre tachada de memória. Que o passado povoa as lembranças dos vivos, que o passado sustenta em muitas situações o agir presente, que o passado incomoda ou limita esse mesmo agir, que o passado é presente no presente, tudo isso parece ser verdadeiro. No entanto, a história pode reivindicar, com limites, reconstruir o passado, porém, o passado é expressão do que passou e não retorna. Seus rastros estão por diversos locais, lugares, documentos e nas lembranças. Assim é preciso entender, o que passou foi uma coisa e a consciência que se tem deste passado é outra coisa,

Assim, não é o passado que é reconstruído a partir do presente e sim a consciência do passado. A memória deve ser redefinida e compreendida

³ Serrano é a expressão dada as pessoas que nasceram ou vivem na região do Distrito de Serras das Araras no Norte de Minas Gerais. Pilão Arcado é a cidade do Estado da Bahia onde nasceu Antônio Dó, Serra das Araras é o Distrito por onde Dó andou e terminou sua vida.

como consciência virtual⁴, isto é, é uma possibilidade suscetível de se realizar, uma potencialidade existente. A memória, consciência virtual, é recuperada, restituída e interpretada pela consciência ativa, real, concreta. Desta forma, podemos dizer que na mente humana só existe o presente, só que em estado virtual ou manifesto, inativo ou ativo. A realidade passada é uma coisa, a consciência presente da realidade passada é outra coisa (VIANA, 2006, p. 8).

A consciência presente que trabalha o passado, o faz com processos valorados no seu tempo, que no capitalismo é marcado por lutas de classes, distintos grupos, interesses e modos de vida diversificados nestes diferentes grupos. Portanto, o passado que subsidia a memória tem sua materialização na consciência presente que é marcada por determinações em curso. O passado existiu, sua recuperação é realizada e invocada, por processos que remetem a lembranças, estas, por sua vez, guardadas na memória individual ou coletiva que é socialmente determinada.

O processo social é marcado por forças em oposição ou antagônicas, lutas, disputas, tensões que procuram determinar o sentido do passado, o que lembrar e como lembrar. É neste caminho que o passado é determinado socialmente e é disputado na memória, ou seja, o processo de ativação das lembranças é um processo marcado por valores e interesses, e por isso, a memória pode ser chamada de seletiva, já que seu processo de ativação que é de fato seletivo. Quando alguém sentencia: a memória engana! É porque já percebeu que lembrar é um processo falho, exige esforço e quando provocado é atingido por uma série de tensões que fogem ao controle, bem como muitas lembranças são direcionadas, organizadas para serem lembradas.

Se valores e interesses nos fazem ativar lembranças; as derrotas, as dores, os seres humanos levados ao limite também poderão invocar suas lembranças que angustiam, que geram medo e desespero, que provocam o riso ou as dores que não gostariam de recolocar em sua presença. Portanto, a memória coletiva pode ser sustentada em lugares e no tempo sancionado por um grupo, mas, pode ser acionada por suas mágoas, derrotas e dores. Todo esse processo é substanciado por um grupo, por uma classe ou por uma determinada sociedade, e, por isso, pode ser um processo seletivo que repõe a memória virtual. Portanto, o que está guardado, o que compõe uma existência por experiência ou herança pode ser convocado por fatores distintos, em tempos diferentes a vir à proa para ajudar a

⁴ O autor atualizou a nomenclatura do conceito em obra mais recente lançada pela Edições Enfrentamento “Memória e sociedade: a luta pela rememoração”, considerando o uso do termo virtual no desenvolvimento tecnológico e nos usos na internet, o autor passou a denominar “consciência latente” (VIANA, 2020).

entender o que se passa, o que se passou e, ainda, motivar o agir que anda rumo ao que será, assim,

A memória sendo uma consciência virtual possui como conteúdo as lembranças e a ativação dela significa evocação de lembranças. Na mente humana existe um conjunto de lembranças guardadas na consciência virtual e somente através de sua ativação é que se tornam recordações, o que significa que muitas delas não emergem e que o processo de recordação é seletivo. Neste sentido, se torna inteligível a ideia de que a memória é seletiva, tal como colocaram Halbwachs e Stoetzel, desde que se perceba que é o processo de recordação ou evocação de lembranças é que é seletivo e não a memória em si (VIANA, 2006, p. 8).

Que o passado existiu não se tem dúvidas, mas, que passado é entregue? Sempre é entregue uma versão ou várias versões de como se constituiu esse passado. O presente é marcado por lutas, disputas, interesses, pressões, sentimentos, etc. por que o passado seria imune a esses marcadores?

Na memória não se une o atual e o inatual, mas tão-somente o atual. A consciência do passado é uma consciência atual, que recupera e trabalha a consciência virtual. O inatual existe concretamente no processo histórico mas não na mente humana, pois a consciência virtual é tão atual quanto a consciência concreta ativa (VIANA, 2006, p. 8).

Este passado é entregue no presente com as tensões que o marcaram, porém, com a interpretação vitoriosa de quem conquistou o passado no terreno dos fatos ou na escrita destes e, ainda, na memória propalada. Os grupos, pessoas e instituições com vínculos de classes sociais determinadas, se apresentam como guardiões de uma memória, por vezes, se apresentam de forma tão distinta que parecem ser a encarnação do que não viveram, são anacrônicos no tempo atual, na verdade não, são atores, agentes demarcando os interesses em disputas atuais com ferramentas e conteúdo do passado atualizados no presente para os legitimarem no fronte do agora (BOURDÉ, 2018).

Benjamin advertiu que nós devemos ter cuidado com o que herdamos do passado, pois os vencedores é que herdam a tradição. Portanto, o passado com suas tradições continua vivo no presente, mesmo na sua ausência, pois vive das consequências de uma derrota; ele traz para o presente o sofrimento e a opressão de muitos (SANTOS, 2009, p. 134).

A consciência presente do passado é em grandes proporções, determinada pela luta de classes que não para de existir, portanto, a exploração segue seu curso determinado pelos herdeiros da pilhagem que repetem os processos. Os subscritos nos documentos de

uma história determinada como protagonistas e vitoriosos, não deixam de invocar seus símbolos, hinos, suas palavras de ordem, seus heróis, etc. para compor a moralidade presente, para prescrever as regras de qual socialização e mentalidade devem prevalecer no julgamento do agir e ser. A dominação quer ser o colo e o acalento dos corações e mentes que ainda pulsam.

Os valores, sentimentos, associação de ideias e as pressões sociais (VIANA, 2006) são caminhos que, também, ativam as lembranças e nestes podem estar os mecanismos de seleção da memória social. Assim, percebe-se que a memória social tem múltiplas determinações na sua consolidação e na sua ativação por meios dos grupos sociais pois, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2012, p. 25). Na liberdade e necessidade de imaginar e criar o futuro, os homens não estão só “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2012, p. 25). Desta forma, é preciso uma qualificada atenção da história para saber que animação os espíritos dos mortos invocados nas lutas do presente estão pautando.

Se na memória social disputa-se o que a história consagra, omitir ou profanar, é possível descobrir na formalidade e na informalidade as tensões, as contradições e os espíritos submetidos ao jugo do vencedor como inimigo; uma derrota de espoliados, em várias circunstâncias, sem condições de defesa, submetido por professar diferenças com seu agressor que se consagra como herói. No entanto, nas memórias populares, não necessariamente, está a chave da emancipação humana, ou, as memórias corretas dos vencidos. É necessário o cuidado para não enaltecer como memória correta a memória dos oprimidos, afinal é necessário saber o que se herda nessa história, já alertava Benjamin na passagem supracitada de Santos (2009).

A memória social do dominado pode carregar o discurso do opressor, enaltecer práticas e heróis dos vencedores, misturadas às práticas populares a moral burguesa se derrama. Desta forma, a tradição oral com seus mecanismos de transmissão dos conteúdos pode ser expressão da exploração e dominação de classes sociais (VIANA, 2011), a possibilidade de identificação na pesquisa com o dominado, as ideias de uma proteção ao pesquisado, pode gerar uma falsa proteção e não um compromisso ético que depende da

convergência de perspectiva entre pesquisado e pesquisador (VIANA, 2011), bem como, uma pesquisa baseada na crença dos mecanismos técnicos do progresso científico em desnudar a tradição oral, podem levar a omissões na manutenção da situação de exploração.

Quem sofre a violência, o jugo da exploração não sente conforto na vida, mas precisa justificar esse sofrer até para se colocar e situar-se no tempo e espaço. Apaziguar o sofrimento mental que as duras circunstâncias lhes provocam, faz coadunar com as explicações fora do plano real e ainda, aceitar o real como sendo expressão de sua responsabilidade, portanto, é o sofredor responsável por tal situação. As múltiplas determinações deste real nem sempre se apresentam, por isso, averiguar as contradições das tradições e sua natureza é substantivo numa pesquisa que não se propõe a velar pelo sofrimento alheio.

O imaginário de um grupo social pode fazer troça com seus pares, com suas condições sociais, indicar uma certa naturalização da sua situação social por absorver partes da ideologia dominante. A sistematização ideológica registra o que os grupos sociais dominantes entendem como correto, ainda que não seja, por isso é ideologia, uma falsa sistematização do real na perspectiva marxista.

Desta forma, o conceito de imaginário expressa as representações cotidianas ilusórias, ou seja, carrega em si todas as características das representações cotidianas e tem como elemento distintivo o seu caráter ilusório e o seu conteúdo ilusório, embora se distinga dela por sua simplicidade em comparação com a complexidade do pensamento ideológico. O seu conteúdo falso é histórico e social, invertem a realidade (VIANA, 2018, p. 66).

As ideologias como registro sistematizado da dominação, carregam em si um alto grau de complexidade em relação ao imaginário expresso nas tradições orais com pouco ou sem domínio dos processos da escrita. Estas ideologias sejam elas religiosas, do Estado ou de órgãos e grupos da sociedade civil, podem colocar uma tradição em crise, colaborar para um imaginário simplificado das complexas relações históricas e sociais e ainda, contribuir para uma solidificação de uma tradição. Se “quem conta um conto, aumenta um ponto” também, modifica o conto, reelabora o conto, procurando ativar um processo de repassar a informação da forma que desejam ser comunicada para ser assim compreendida. Sabem os ideólogos, que aqueles que estão envolvidos nos processos de sobrevivência, não

lhes sobram tempo para sistematizar as experiências da vida, os seus sentimentos, valores e o próprio processo de manutenção da vida.

Por isso, o imaginário na tradição oral, tendo como base a memória coletiva pode absorver o conto simplificando sua forma e conteúdo e daí representá-lo cotidianamente sem os recursos necessários para voltar ao conto e perceber as distintas variáveis que o compuseram. Este imaginário pode revelar esses elementos falsos que as ideologias e as representações cotidianas lhes fornecem, no entanto, com a simplificação de quem não está preocupado em averiguar verdades mas, viver na verdade que representa a partir dos valores, sentimentos e pressão a que estão submetidos.

Porém, o imaginário, mesmo revelando suas relações com as ideologias dominantes, não é a única forma de entender e explicar as tradições populares. Este pode ajudar a compreender uma consciência contraditória, mas a forma dessa consciência contraditória marcar sua existência comporta outras estratégias de reprodução e criação. Na sociedade determinada pelo modo de produção capitalista com sociabilidade, mentalidade e Estado correspondente, fica quase impossível a manifestação de uma consciência emancipatória que não passe pelas contradições de uma consciência submetida. Então, numa pesquisa sobre elementos das tradições populares, cabe perceber essas tensões e captar os suspiros de liberdade que indicam os desejos de um novo rebento que rompam com os jugos da dominação.

A região declara

Os sertanejos de maior longevidade, ainda vivos hoje, narraram o medo que todos tiveram dos “revoltosos⁵” nos anos 20 do século XX, no entanto, essa memória é uma herança de seus pais e na maioria das vezes, dos seus avós. Quando os mais velhos recordam, em algum momento das lembranças vão questionar essa memória, é como se no estabelecido algo tivesse estranho “articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’. Significa apoderarmo-nos de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão num momento de perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 11), ainda com Benjamin, é necessário não se tornar um instrumento dos dominantes. Quando recordam, contam que na passagem da Coluna Prestes, mulheres, homens e crianças

5 A Coluna Prestes de 1925 a 1927.

“esguaritam”⁶ para o cerrado. Os que ficavam tinham que trabalhar para eles, fazer comida, cuidar dos animais, alguns eram obrigados a acompanhá-los. Os revoltosos roubavam cavalos, matavam porcos, vacas e galinhas para se alimentarem, bem como, levavam com eles animais para garantirem o alimento no caminho.

O acento dado nas narrativas da memória social ao movimento dito revolucionário, pelos sertanejos, é do medo e da maldade que lhes foram impostos. Já outra narrativa sistematizada no registro daquilo que representou a navegação no Rio São Francisco, descreve o isolamento do interior em relação à “civilização” assentada no litoral, neste sentido, a Coluna Prestes é saudada como uma fonte de romper essas barreiras, desinstalar as populações do interior para se colocar em relação as problemáticas do país (DINIZ; DINIZ; MOTA, 2009).

Um sertanejo que já se “encantou”⁷, perguntou um dia sobre os propósitos comunistas dos revoltosos: “será que o que eles queriam era melhor para nós?” (SILVA, 2016, p. 135). A ausência do Estado na vida sertaneja tem longevidade, quando presente, por muitos anos, foi para prejudicá-los. O Estado se fez presente apoiando empresas e grileiros que apossavam de suas terras, em tempos mais remotos, o Estado, junto com os coronéis, usineiros e fazendeiros era o capataz que assustava, prendia, torturava e eliminava os negros escravos lutando por liberdade em quilombos. A segunda geração pós-Coluna Prestes, em um momento reflexivo, ainda tem dúvidas. “Será que teria sido melhor para nós?” No mundo da formalidade política, da resolução dos que detêm o poder, fica a dúvida, poderia ser diferente o que foi vendido como inimigos. Na longa existência de muita labuta e abundância da miséria, o sofrimento foi colhido; da promessa, tem-se a dúvida: poderia ter sido melhor?

As narrativas populares conferem condições de verdade às narrativas históricas e romanceadas na existência, emergência e finitude de Antônio Dó (VIANA, s.d.; AMBRÓSIO, 1976; BRAZ, 2006, SILVA, 2016). A família Antunes, da seca do sertão de Pilão Arcado/Bahia, no final do século XIX, decide seguir para outras paragens e é nessa empreitada, fugindo da seca, que Antônio Antunes de França, pelas barrancas do rio chega à cidade de São Francisco no norte de Minas Gerais (BRAZ, 2006).

⁶ Na linguagem sertaneja, correr para o cerrado sem rumo e sem nada, por lá ficar dias assustados, como se perdesse o juízo.

⁷ “As pessoas não morrem, ficam encantadas...” João Guimarães Rosa no discurso de posse para Academia Brasileira de Letras no dia 16/11/1967.

Nas lembranças dos sertanejos – pelas veredas, ribeirões, chapadões, cidades e distritos no norte mineiro – andou o jagunço ou bandoleiro Antônio Dó, apelido de família que Antônio assumiu como nome depois da morte do pai. Porque e como existiu esse bandoleiro nessa região, resposta pronta tem o sertanejo. “Era um homem que foi injustiçado pela polícia, mataram seu irmão, e, sua mulher lhe traiu, é o que dizem eu não estava lá nessa época, daí saiu fazendo desordem e por vezes fazendo justiça nesse sertão” (SILVA, 2016); essa descrição tem complemento, “o homem tinha pacto com o diabo, bala não atravessa ele; pra matar só com feitiço” (SILVA, 2016). Esses relatos existem em abundância nas comunidades Serranas (Distrito secular chamado Serra das Araras).

Numa região em que a passagem da monarquia para a república, não só a notícia foi tardia, para o modo de vida dos espoliados, isso demorou fazer algum sentido. Braz (2006, p. 152) demonstra como a notícia chegou à região num diálogo entre um professor e um padre, evento dado pelo alto, nem mesmo setores instruídos dessa região participaram da mudança, afinal, por lá, o comando do jugo não alterava a favor do mundo sertanejo.

Sabendo que o sistema de justiça de sua época era um dos pilares da injustiça que campeava o sertão, Antônio Dó, ainda assim decidiu dar queixa do seu cunhado por estar roubando seu gado. Por lá sentiu o peso da armação que já estava tramada, foi ofendido e agrediu o delegado, sua afronta teve dura resposta, além de sofrer agressão física foi preso e quando saiu, as notícias que seu irmão Herculano lhe repassava só pioravam suas dores e indignação “o Marcelino arvorou-se dono absoluto, varejou o rebanho, vendeu à farta o que pode, tudo passando nas orelhas da sota” (AMBRÓSIO, 1976, p. 21). Diante da afronta de seu cunhado, vender tudo e gastar na jogatina, Dó experimenta a solidão da injustiça e indica ao irmão Herculano o caminho a seguir depois de tanta notícia desonesta com ele e sua família: “meu irmão, estou contemplando toda a nossa desgraça... Eu sou um homem digno de se ter dó. Tu não aguentas, não podes, nem deves acompanhar-me. É dura, é muito dura a afronta; não recuarei enquanto não vingar a morte injusta de José” (AMBRÓSIO, 1976, p. 22).

No sertão mineiro, seguindo sua vida de sertanejo, Antônio é levado a ser Antônio Dó pelas mesquinhas de quem tem muito e deseja possuir o sustento alheio para subjugar-lo à humilhação e tomar posse de suas terras e criações. Para tal intento, as instituições do Estado têm papel fundamental, pois são nelas que um conluio é tramado, no

entanto, diante da reação inesperada da presa é preciso difamá-la por isso, na campanha das forças estatais, Antônio Dó,

De perto, um cangaceiro, um celerado vulgar, criminoso e terrível bandido; de longe um caudilho à frente de poderoso exército, de fanáticos desforrados, atrevidos, um general insurreto das caatingas dos sertões, ameaçando o poder constituído (AMBRÓSIO, 1976, p. 43).

Em viagens pelo sertão tentando fazer justiça e acertar contas com o poder local, Dó chama atenção das forças estatais que o perseguem sem êxito, no entanto, deixam suas maldades pelo caminho com os inocentes que encontram. Com seu bando, Dó precisa fazer incursões por outras unidades da federação, notadamente Goiás e Bahia, para fugir das volantes. Neste ínterim é chamado a resolver contendas de heranças e outras demandas assim ganhava tempo para reorganizar seu bando e voltar, sobretudo, a São Francisco, cidade do norte mineiro que é o epicentro de suas contendas.

No entanto, sua imagem propagandeada de homem mau e bandido ofende sua dignidade e sua honra. Para Dó, sua luta era justa e honesta, seus detratores é que eram bandidos e desleais. Essa imagem, outrora espalhada, suas andanças pelo sertão resolvendo conflitos e as intervenções do Estado para combater Dó massacrando quem no seu caminho estivesse, talvez tenha ajudado solidificar a memória contraditória do sertanejo sobre esse personagem da história local. “Escudado na fama que o seu nome inspirava, mandava, auxiliava, aconselhava e de longe aguardava o desenrolar dos fatos” (AMBRÓSIO, 1976, p. 71), dos intentos iniciais às urgências e emergências dos dramas que no cenário se desenrolavam, o personagem nascido de uma necessidade, ganha vultos que o próprio não imaginara. Assim, a vingança se amplia no mundo injusto e conflituoso de Dó e na impossibilidade de retorno ganha adeptos e inimigos.

O fenômeno existiu

O que a história nos livros de romances históricos nos mostram em muitas narrativas coincidem com a memória social dos sertanejos. Antônio Dó é um herói bandido do universo sertanejo. Herói porque enfrentou no seu tempo todo mando e desmando que aviltava a vida dos que não tinham “nem eira e nem beira”, já que estas podiam ser tomadas ou queimadas a qualquer momento pelo grileiro, as volantes e pelo coronel. Bandido porque a narrativa dos poderosos assim o quiseram, quem ameaça a segurança dos proprietários e suas ordens, não pode ser devotada qualquer menção honrosa. Então, diante

de um vacilo do bandoleiro ou do terror espalhado pelas cercanias de que Dó era um homem perigoso, armado e com um bando, o imaginário popular absorve essa narrativa e acaba reproduzindo-a no presente e no futuro.

Do cenário, o ambiente, o conflito, a origem, os confrontos, os dramas, as injustiças e a morte de Antônio Dó têm as narrativas minuciosas sustentadas em testemunhos dos eventos, em documentos históricos e na imaginação do autor ao criar sua peculiar narrativa do evento. O imaginário e a memória social são alimentados nessa tradição localizada, neste tempo e espaço, a alfabetização perde para a tartaruga e a violência ganha da lebre, pela transmissão oral que ocorre nos grupos primários, nas vizinhanças, nas festividades do calendário religioso, nas romarias, na interação com o meio ambiente para garantir a sobrevivência e pelo que se ouviu dizer.

O homem (Dó) sem existência afamada ou difamada, oriundo dos sertões baianos, entregue à proteção de seu orixá, sobe as barrancas do Rio São Francisco para chegar em uma cidade, hoje de nome homônimo, mas já foi conhecida como Pedras dos Angicos ou Pedras de Cima (BRAZ, 2006, p. 129), já crescido, sem pai e mãe, com suas terras e criações, se vê na iminência de acessar aquilo que é caro e perigoso, ou seja, o sistema de justiça de suas cercanias.

Ao procurar as possibilidades de justiça no sistema da ordem, encontra sua imagem e conduta já preparadas para o delegado (AMBRÓSIO, 1976) ou, em outra versão, é convidado à delegacia quando levantava a possibilidade de fazer justiça às terras da viúva que amasiada consigo estava (BRAZ, 2006). Defronte da autoridade é afrontado e revida, essa atitude lhe custará perseguição, violência e prisão; e de lá saindo tem notícias que o estrago em sua família e propriedade foi bem maior. Tudo isso move Dó ao desejo de se “vingar”, fazer justiça, dessa relação brutal em um cenário de brutalidades, emerge Antônio Dó que forma seu bando, enfrenta as autoridades, sitia a cidade e é perseguido.

Com o tempo, para além da vingança passa aceitar proposições de resoluções de problemas, sobretudo, de heranças. Nos encontros com as volantes em seu encaço, o cordel “Torturas do passado” traduz assim como Dó enfrentou, venceu, perdeu e fugiu de batalhas: “Antônio Dó quando viu reinar silêncio ao lado, a soldadesca atirando e o colega parado, disse: besta é quem insiste e ladino quem desiste antes de ser apanhado” (VIANA, s.d., p. 43). “Esguaritado” em sua região, perseguido pelo Estado, traído por uns e pelas poucas mulheres com quem se envolveu, Dó tinha vida errante “por entre serras e bosques,

matagais e buritis, Antônio Dó viajava sem descanso, sem dormir. Após descer a ladeira, chegaram à cabeceira do Rio Itaguari” (VIANA, s.d., p. 46.).

Dos seus intentos iniciais a situação lhe impôs ampliar sua atuação, assim, passa para a história sendo vendido como bandido por seus perseguidores e anunciado como um torto herói pelos sertanejos. Nessa tensão humana montada nos emaranhados das instituições sociais e interesses sórdidos de quem as dominava, a vida e história de Dó expõem a dureza e a maldade da ausência ou presença do Estado no seio das comunidades sertanejas.

O cenário ambiental e social de Dó

Da seca no sertão baiano às barrancas do Rio São Francisco no norte mineiro, sertanejo pacato e trabalhador, até suas condições de vida serem balançadas pela cobiça e usurpação “a raiva, acumulada desde sua prisão, não encontrava em Antônio Dó limites racionais. Sentindo-se humilhado aos olhos dos que o cercavam e de toda a vizinhança, em seu espírito explodia ruidosamente um brado de revolta” (BRAZ, 2006, p. 287). Prisão, tortura, morte do irmão, terra e animais profanados pelo interesse sórdido de vizinho e o mau-caratismo de seu cunhado “um trovão redondo, distante, abriu uma chaga no coração de Antônio Dó. Ele fechou os olhos e sentiu o cheiro característico, esparso pelo vento, que emana da terra molhada pelas primeiras chuvas” (BRAZ, 2006, p. 293).

A injustiça é condição da despreocupação com o semelhante, das tramas arditas nos berços institucionais, da legitimação da pilhagem, das sentenças morais e das complexas ideologias que indicam a mentalidade favorável a quem escreve o conto com seus valores e convicções, neste, o outro subordinado é necessário à dignidade exaltada nos documentos históricos, cartorial, dos julgamentos desonestos de tribunais arranjados para manter a ordem. Porém, parafraseando Ambrósio (1976), “a verdade ocultada um dia o vento sopra-a”. Em toda trama para dar ganho aos detratores de Dó, um promotor desconfia e manda refazer o auto: “é uma peça insubstituível, convindo ser preparado um novo auto indireto por ocasião da formação da culpa... (BRAZ, 2006, p. 239), autos datados de 02 de novembro de 1909 pelo promotor de Januária que atuava como substituto na comarca de São Francisco.

A questão é que o estrago estava feito, mesmo diante da absolvição de Dó pelo júri, sua honra afetada, seu irmão assassinado, os animais de sua esposa viúva roubados e a

mentira construída para torná-lo criminoso arditosamente montada no seu terreiro. O ambiente histórico de Dó era propício às armações criminosas pois “nesse tempo em São Francisco a política era agitada. Pelo major Carolino a região chefiada. E na mesma ocasião, por Américo, um capitão, a polícia comandada” (VIANA, s. d., p. 30). Assim, os que podem armam a cama da insônia dos justos “o ambiente despótico, arranjado pelo capitão Américo, coagia e desfigurava a personalidade de todos os presentes” (BRAZ, 2006, p. 233).

O cordelista utiliza dos mesmos valores na vida cotidiana dos sertanejos, a vida segue seu curso, trabalho e possibilidade de solidariedade na vizinhança, mas, toda agonia da humilhação tem limites, ainda que seja um entre tantos. Em tempos onde nem um lugar é seguro, as armas em uso podem ser apropriadas na luta, por isso,

Viveu aqui nesta terra este bravo cidadão. Por nome Antônio Dó chamado neste sertão, sempre pronto e disponível. Porém fazia o possível pra não entrar em questão. Era honesto e justiceiro, não atacava ninguém. Mas a desgraça anda solta, de qualquer lado ela vem. E se achando atacado, qualquer um é obrigado a usar aquilo que tem (VIANA, s. d., p. 29).

No cenário de Dó, as disputas entre coronéis com seus “peões” nas delegacias, nos cartórios, nos tribunais e a jagunçada dispostavam tudo, o confronto beligerante era constante (BRAZ, 2006). Nos sertanejos subjugados a essa situação, o medo era companhia diária, mas a casca grossa do vilipêndio cria seus códigos de conduta. O poder muda de cor, de nome, de forma, de figurino, de palavras de ordem, etc. No entanto, continua sendo o lugar de mando, de sustentação das classes dominantes e eliminação dos contrários.

Diz bem. Os tais partidos se embrulham com o mesmo cobertor sujo do interesse individual. Em vez de adversários, inimigos figadais, do ódio à calúnia, da perseguição à clamorosa injustiça, da tesoura cortante da difamação à injúria, da opressão ao fuzilamento, da fumaça do poderio ao desgoverno, dos litígios de toda a sorte à delapidação e ruína das economias alheias, da falta de caráter à degradação dos costumes, dos crimes abafados à justiça subornada, burlando a vigilância do Estado. Toda uma calamidade subversiva a tal política das pequenas e da alta sociedade sertaneja: de furtos e roubos, de adulações e liquidações forçadas pela chicana e do monturo do anonimato onde se escondem feras humanas (AMBRÓSIO, 1976, p. 59).

Essa citação referenciada acima, escrita na primeira metade e publicada na segunda metade do século XX, parece ressoar como um mantra perene na história passada, no presente e anunciar o futuro. No curso em que as injustiças renovam o figurino, se pronunciam pelas velhas e insistentes instituições, o roteiro político da manutenção da dominação se repete. Quando certos aspectos do passado, aos olhos do presente, parecem tão grotescos, a cena atual indica o quanto se herdaram, aprendem e repetem as formas de perseguição, humilhação e exploração. As modernas condições de comunicação não eliminaram os caudilhos, as ameaças e o arraigado preconceito e exploração de classe, ao contrário, potencializaram.

Tomando o Rio São Francisco da nascente em direção à foz, com seus afluentes alimentando-o na mesma direção, a exemplo do Rio Carinhanha, em uma ou outra margem, a forma de construir o mando não se diferenciava, os detalhes são situacionais. Padre Souza (2007), que viveu em Bom Jesus da Lapa/Bahia, pesquisou e escreveu sobre a história e cultura do lado baiano. As fontes históricas e a oralidade da gente dessa região inundam o texto de Souza, que descreve uma invasão da cidade de Carinhanha, ação que Petrônio Braz (2006) narra abundantemente em seu livro sobre São Francisco. Diante do *modus operandi*, uma voz infantil e a do autor se manifestam diante da incompreensão de tais eventos, assim diz Souza:

Enquanto isso, os grupos se revezavam no fogo da metralha: um atirava de dia, o outro de noite. Esses jagunços saqueavam as casas na cidade e levavam comida pro povo no Pontal. Um jagunço roubou a farda branca da Guarda Nacional (Guarda Não Sois de Nada) de José Noronha e nós ficava fazendo anarquia com essa farda. Eu estava no meio dos jagunços de João Duque; mas menino ainda, menino queria é fazer farra, não sabia de nada, nem porque os homens brigavam, nem porque os homens se matavam uns aos outros, nesse Vale do Rio Carinhanha e São Francisco. Nem os jagunços sabiam direito, só tinham a ideia de estar defendendo o seu chefe, o seu patrão e o seu padrinho da terra. Dum lado, o Coronel; do outro, os clientes do Coronel (p. 73).

Para muita gente as ações no tempo social não deixam possibilidade de fazer opções, quando uns e outros fazem escolhas vão pagar algum preço no seu tempo e na história. Assim parece ter sido para Antônio Dó que decidiu não só se submeter, mas reagir, de vítima e revitimizado procurou um lugar ao sol, encontrou bala e muita fuga teve que empreender. No entanto, a mácula de ser bandido o incomodou em vida e, na história, o esforço de alguns autores já citados, ainda que na escrita de livros de romances, na

crônica de seu tempo ou na poesia popular estão tentando tirar seu nome do panteão dos homens maus do sertão.

Nas relações de forças desiguais, a vítima pode aceitar o fim como condição, mas não vai a ele sem resistir. Os homens em montaria, entre eles Antônio Dó, por reação à brutalidade da condição, fugindo de outros homens na mesma condição de transporte, inimigos do Estado com seus asseclas se tornaram. Quando Dó entendeu o que faria na vida que lhe restava, avisou e isentou a família que lhe sobrara da companhia e partiu para cumprir o intento da vingança. No caminho encontrou mais injustiça do que justiça pôde fazer. Andou por vários lugares de sua região, se enturmou com gente que um dia iria lhe trair e sonhava com riquezas que não era vontade sua. Entre investidas e fuga “ele também em Goiás pouco tempo demorou. Para seu torrão natal com pouco mais regressou. Dormindo em cama de varas, sobre a Serra das Araras algum tempo ele passou” (VIANA, s. d., p. 47).

Nas brigas locais Dó se embrenhou, pois precisava de ajuda para formar seu bando. O cordelista autor de “Torturas do passado” narra essas brigas entre famílias que se apossavam de terras e animais uns dos outros e se matavam mutuamente. Um confronto entre bandos com as volantes, terminando com a fuga de Dó, o cordelista assim comemora a cena: “foi bom porque acabou com aquele banditismo, aquela lei do atraso, da vileza, do cinismo. Deu fim aos Bitos Serranos que vinham há uns cem anos sendo o cúmulo do abismo” (VIANA, s. d., p. 44). Esse era apenas um dos litígios entre famílias que brigavam e se matavam, resolve-se um ato mas não o enredo, a peça parece interminável.

O fim que não quer ser esquecido

Para sobreviver neste cenário com relativa longevidade, sagacidade e inteligência eram necessárias. De homem encomendado ao Orixá na sua recuperação histórica a pacto com o diabo na oralidade sertaneja, essa diferença nem é mencionada no imaginário, os escritores do sertão é que vão olhar para essa distinção religiosa que o catolicismo absorveu parte e condenou o restante. Não é mera coincidência a condenação de hoje que sofrem as religiões de matrizes africanas. Enfim “Antônio Dó era esperto, por isso não descuidou. Naquela combinação ele não acreditou. Bem no barranco do rio tinha um buraco vazio, nele se entrincheirou” (VIANA, s. d., p. 35), o homem conhecia seus

semelhantes e a capacidade de corrupção do caráter e da palavra naquela circunstância, por aí, foi burlando os troncos do caminho físico e aqueles persistentes na alma humana.

Os autores até aqui mencionados não têm precisão sobre o assassinato do irmão de Dó. Razão pela qual muito desejo de vingança em Dó provocou, pois, os nomes dos irmãos de Antônio são diferentes em Ambrósio (1976) e em Braz (2006). O assassinato do irmão de Dó tem descrição diferenciada nos autores, no primeiro morre por arma de fogo, no segundo é a facada; o assassino é o mesmo, no primeiro autor é um assassinato noturno em que o assassino não é visto, no segundo autor é frente a frente, de dia e o algoz comunica à polícia que achou a vítima já morta. No entanto, os autores e os sertanejos do presente narram coincidentemente a morte e a forma como morreu Antônio Dó.

Considerações finais

A organização e o avanço do capitalismo para o interior do Brasil conviveu com o que sobrevivia do modo de produção camponês pelo interior do país. Uma das consequências dessa sociedade agrária era o forte mando dos coronéis e seus jagunços que ordenavam tudo pela força cometendo farta injustiça. A reunião de bandoleiros ou cangaço foi uma forma reativa a essa lógica em que o Estado e os grandes proprietários de terras mantinham estreita relação de comando. Antônio Dó foi um personagem nesse cenário que de injustiçado passou a ser justiceiro. Hoje existe um esforço literário na região Norte do Estado de Minas Gerais que procuram retirar esse personagem do panteão de homem mau e torná-lo um homem que tentou praticar a justiça diante de um cenário beligerante e miserável da época. Antônio Dó adquire registros de homem que, com seu bando, enfrentou os poderosos de sua época. Poderosos que controlavam as raras instituições de Estado, tramavam a condenação de inocentes disputando à bala o controle da região. A pesquisa autoriza concluir que a memória coletiva dos sertanejos coaduna com essa reconstrução histórica, no entanto, existe um imaginário que ainda insiste em reproduzir a ideologia dos proprietários de terras e das forças policiais do Estado que lhe imputaram a descrição histórica de arruaceiro perigoso que vagava pelo sertão realizando o seu destino de sanguinário. É nesse cenário de uma consciência contraditória entre os sertanejos que a pesquisa social e os literários estão construindo a imagem do serrano de Pilão Arcado – Antônio Dó.

Referências

- AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*. Januária: Prefeitura municipal de Januária & Lions Club, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BOURDÉ, Guy. *O marxismo e a história*. In: *As escolas históricas*. (Org.). BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé: Autêntica, 2018.
- BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo jurídico, 2006.
- DINIZ, Domingos; DINIZ, Mariângela; MOTA, Ivan Passos Bandeira da. *Rio São Francisco: Vapores & Vapozeiros*. Pirapora: Edições dos autores, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. II ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. *Oralidade: as várias faces da vida de Antônio Dó*. Fênix – Revista de história e estudos culturais. Uberlândia, vol. 2, ano II, nº 2, 2005.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2009.
- SILVA, Edmilson Borges. *A memória social no Distrito de Serra das Araras e em comunidades rurais do seu entorno*. 2016, 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiás.
- SOUZA, José Evangelista de. *Coronéis no médio São Francisco: fatos e histórias*. II ed. Santana: Ajass, 2007.
- VIANA, Audálio Guedes. *Torturas do passado*. (s.d.).
- VIANA, Nildo. *Imaginário e ideologia: as ilusões nas representações cotidianas e no saber complexo*. In: (Org.). MARQUES, Edmilson. *Representações cotidianas: teoria e pesquisa*. Curitiba: CRV, 2018.
- VIANA, Nildo. *Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social*. Espaço Plural — Ano VI - Nº 14, 2006.
- VIANA, Nildo. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.
- VIANA, Nildo. *Tradição oral, condições de reprodução*. Revista da Faculdade Estácio de Sá de Goiás, v.02, nº06, 2011.
- XICO MENDES. *Guia cultural e eco turístico do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Revista Bagominas: integrando a região do marco trijunção. Formoso, ano I, nº 1, p. 01-100, 2013.

Texto aprovado para publicação em 03 de fevereiro de 2022.